

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a Vale S/A tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção sobre o andamento do ERSHRE levantados pelo Instituto Guaicuy na reunião do dia **29/05/2026** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Andamento do plano de comunicação de transição

Como informado nas reuniões e nos boletins anteriores, a empresa ERM está realizando o plano de comunicação de transição. Em um primeiro momento foram realizadas reuniões com o poder público municipal, com as ATIs e agora a ERM está executando a etapa de reuniões com lideranças e comunidades, que estão acontecendo, tanto presenciais quanto online, para explicar a transição dos trabalhos no território. Atualmente, essas agendas estão em fase de conclusão na região de Brumadinho (Região 1) e seguem em andamento na Região 2. No período a que se refere essa reunião de auditoria, foram realizadas apenas 33 reuniões. Segundo a AECOM a produtividade está em torno de 2 reuniões por dia, um ritmo abaixo das 6,79 planejadas inicialmente, o que gera um atraso no cronograma, pois a finalização dessas reuniões estava prevista para o final de maio/26. A AECOM apontou que esse atraso não representa um “caminho crítico”, ou seja, a auditoria considera que isso não atrasa o resultado final do estudo, mas recomendou a adequação do

planejamento. Por se tratar de uma etapa sensível de aproximação com as pessoas atingidas e de construção de confiança, a orientação é acelerar as conversas para concluí-las dentro da qualidade esperada no menor tempo possível.

Entrega de relatórios da Fase 1 e planejamento de devolutivas

Na segunda semana de maio, foram entregues os relatórios da Macroárea 1, que engloba as áreas-alvo 1, 2, 3 e 4 na região de Brumadinho. Esses documentos trazem análises sobre o meio ambiente, a saúde pública e também avaliações específicas sobre dois PCTs da localidade: o Quilombo de Saimudo e a Aldeia Arapuã Kakiá.

Para preparar o retorno das informações para a população, foi realizada uma simulação do processo de “devolutivas” (que são as reuniões para explicar os resultados do estudo para a comunidade) junto à SES (Secretaria de Estado de Saúde). Uma nova rodada de testes está prevista para meados de junho. Assim que este primeiro relatório da Fase 1 de Brumadinho for aprovado, as reuniões de devolutiva com a comunidade

começarão e a previsão é que isso aconteça a partir de *julho de 2026*. No restante da bacia, a previsão é que comecem em *novembro de 2026*. Além disso, seis relatórios da Fase 1 já estão aprovados e disponíveis para consulta pública no [Portal da Auditoria](#), contemplando os territórios das comunidades quilombolas Rodrigues, Marinhos e Sapê, da Aldeia Camacã-Moroio, e das áreas-alvo 13 e 14.

Nota da ATI:

A Assessoria fará a leitura e análise dos relatórios para repassar o conteúdo às pessoas atingidas das comunidades que fazem parte das áreas-alvo (AA) 13 e 14.*

***Área-Alvo 13 (AA13):** Angueretá; Fazenda Quilombo de Geraldo Correia / Primavera; Fazenda Tamanduá / das Pedras; Cachoeira do Choro (parte alta e parte baixa); Condomínio Encontro das Águas; Fazenda Barinha; Fazenda Peçanha/Angueretá; Fazenda Quilombo; Fazenda Quilombo de Sadir Figueiredo; Fazenda Tamanduá / das Pedras; Fazenda Conquista; Recanto do Piau; Fazenda Baú / Boa Vista; Assentamento PA Queima Fogo; Porto Mesquita; Retiro Baixo; Chácara do Chorius; Fazenda Chácara; Fazenda Pai Joaquim; Fazenda Rio Velho; Fazendinhas Baú I, II e III.

Área-Alvo 14 (AA14): Sítio Paiol de Baixo; Condomínio/Balneário Recanto do Laranjo; Barreiro Capivara; Barreiro do Meio; Fazenda Boa Vista; Fazenda Genipapeiro; Fazenda Higino; Fazenda Retiro Baixo; Saco Pari. *Algumas comunidades não são acompanhadas pela ATI do Instituto Guaicuy*

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EA)

A Fundação COPPE, responsável por executar o estudo que analisará a produção agropecuária e a pesca, entregou as versões iniciais do plano de trabalho e do plano de comunicação. A auditoria avaliou os materiais e solicitou melhorias relacionadas à clareza das etapas, aos critérios de escolha dos alimentos que serão investigados e à aplicação dos questionários,

além de solicitar mais detalhes sobre os canais de contato que as pessoas atingidas poderão ter com a COPPE e a frequência da comunicação com as comunidades. A executora já reapresentou os documentos revisados junto com um modelo conceitual preliminar (o desenho inicial de como a pesquisa vai funcionar), que vão passar por análise da auditoria e da SEAPA (órgão do Estado que acompanha o estudo).

Diálogo com as comunidades e próximos passos

No dia 12 de maio, foi realizada uma reunião presencial na sede do Ministério Público, reunindo as Instituições de Justiça (como promotores e defensores públicos), lideranças comunitárias, as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), a auditoria AECOM e órgãos do Estado como a SEAPA e o IMA. Na ocasião, a COPPE explicou os objetivos e os prazos de cada fase do estudo. As lideranças comunitárias apresentaram diversas dúvidas sobre como o estudo vai acontecer na prática, quais alimentos serão analisados e as diferenças entre esta pesquisa e o Estudo de Risco. De acordo com a AECOM, todas as perguntas estão sendo analisadas e as respostas oficiais serão publicadas em breve.

Atividades de campo e cronograma

A auditoria informou que a equipe da COPPE realizou uma visita de reconhecimento em campo para verificar as regiões impactadas e organizar a divisão do território para a pesquisa. Atualmente, os técnicos estão aplicando “questionários pré-teste”, que são pesquisas de teste com os moradores para checar se as perguntas criadas funcionam bem antes do início oficial das entrevistas, que está programado para agosto/26. Por fim, a auditoria informa que o cronograma oficial aprovado do Estudo sobre o Alimento já está publicado e disponível para [download no Portal da Auditoria](#). Nos próximos meses, também serão disponibilizados o referencial metodológico (o guia detalhado de como o estudo será feito) e o documento com as respostas às dúvidas da reunião de maio.